

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

Olga Fogaça Balboni Cunha Geremias¹

mariabalboni@gmail.com

Esta resenha trata do livro **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia, publicado originalmente em 1993, num momento em que a comunidade política internacional buscava implementar mecanismos para tratar globalmente de questões ambientais. Foi publicado pela editora Zed Books (Radical International Publishing) junto à Third World Network (TWN), com o título ***Monocultures of the Mind: perspectives on Biodiversity and Biotechnology***. Em 2003 foi publicado no Brasil pela Editora Gaia, com tradução de Dinah de Abreu Azevedo e apresentação de Moema Viezzer.

A autora Vandana Shiva é formada em Física e Filosofia pela Universidade de Western Ontario, no Canadá, pioneira nas pesquisas sobre biodiversidade e etnociência nativa, além de militante feminista e importante ativista ambiental. Nascida em Dehradun, no Norte da Índia em 1952, participou de movimentos ecologistas na Índia desde a década de 1970 e ativamente de fóruns internacionais como porta-voz do contradesenvolvimento capitalista, sendo, em 1993, premiada pelo Right Livelihood Award. Coordena o Fórum Internacional sobre Globalização, junto a Ralph Nader e Jeremy Rifkin, é consultora para questões ambientais da TWN e está na direção da Fundação de Pesquisas em Ciência, Tecnologia e Ecologia, em Nova Déli, desde 1982.

O livro reflete acerca das políticas globais de conservação e preservação da biodiversidade, biotecnologia, ciência e poder, autonomia dos povos, produção de alimentos e outros insumos. Critica os grandes organismos internacionais e as corporações que interferem na definição de políticas mundiais amparadas no conhecimento cientificista gerado por intelectuais e

¹ Graduanda em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

acadêmicos, muitas vezes buscando o lucro das empresas, desconsiderando comunidades tradicionais que vivem na dependência e manutenção da biodiversidade há milênios.

Estruturado em cinco capítulos, é composto por ensaios escritos ao longo de dez anos. O primeiro, intitulado "Monoculturas da Mente", foi redigido para uma publicação (**O sistema de saber enquanto sistema de poder**) do programa Wider, da ONU. Nele, a autora aborda causas e consequências dos sistemas de produção monoculturais, nas esferas intelectual e da produção agrícola, onde são disseminados não por trazerem aumento de produtividade, mas sim por aumentarem o controle social e a lucratividade das empresas e corporações.

A autora trata do que chama de colonização intelectual, que gera as monoculturas da mente, e caracteriza o sistema de saber dominante enquanto um sistema local, com base definida em cultura, classe e gênero bem específicos, cujas formas de estruturação e legitimação, assim como suas práticas e sua organização social, geram grande desigualdade e dominação. Os sistemas modernos de saber provêm de uma cultura "ultradominadora e colonizadora [...] e são, eles próprios, colonizadores" (SHIVA, 2003, p. 21).

Afirma que os sistemas locais de saber sofrem uma série de violências, sendo duas as centrais: (a) não são considerados como saber, são obscurecidos e tornados desprezíveis; (b) o sistema dominante destrói as próprias condições de existência concreta dos sistemas locais, eliminando alternativas ao sistema imposto. Dessa maneira, a relação com a diversidade cultural, ecológica e biológica que os diferentes sistemas de saber apresentam está condenada ao desaparecimento, e também são solapados "os meios de vida das pessoas cujo trabalho está associado ao uso diversificado e múltiplo dos sistemas de silvicultura, agricultura e criação de animais" (Ibidem, p. 167).

As reflexões são trazidas para o universo da agricultura e da silvicultura, sublinhando que a proposta do modelo ocidental moderno para esses âmbitos é a expressão concreta do saber dominante e das necessidades do mercado, gerando uniformidade e destruindo a diversidade. Analisa particularmente a cultura do eucalipto e as sementes VAR (Variedades de Alto Rendimento).

Os segundo e terceiro capítulos (“Biodiversidade: uma Perspectiva do Terceiro Mundo” e “Biotecnologia e Meio Ambiente”) foram escritos a pedido da TWN para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. No capítulo 2 a autora reflete acerca da crise da biodiversidade a partir da perspectiva do Terceiro Mundo e, mais particularmente, das comunidades que dela tiram sustento e nela têm sua base cultural, além de serem suas principais mantenedoras. Compreende que a biodiversidade caminha em conjunto com a diversidade ecológica e cultural e que, sob esta perspectiva, não é simplesmente mercadoria ou fonte de matéria-prima para biotecnologia. Para a autora, a erosão da biodiversidade “ameaça os sistemas de sustentação da vida e o sustento de milhões de pessoas nos países do Terceiro Mundo” (SHIVA, 2003, p. 89). E essa erosão caminha junto com a vulnerabilidade ecológica das monoculturas e a vulnerabilidade social de sistemas homogêneos (que perdem a autossuficiência).

A autora evidencia o bioimperialismo, onde a destruição da biodiversidade compõe um lado menos visível do processo de colonização. E onde ocorre a apropriação, patenteamento e licenciamento de materiais genéticos e conhecimentos milenares dos povos. Na forma de remédios, alimentos e fonte de energia, retornam ao Terceiro Mundo a preços altos.

No capítulo 3 a autora mostra que as tecnologias usadas na biotecnologia – engenharia genética e cultura de tecidos (cuja base é tecnologia antiga, desenvolvida ao longo da história humana) – carregam não só o potencial de gerar novas vidas (com as implicações éticas e culturais envolvidas, além de grandes riscos potenciais e concretos em termos biológicos e químicos), mas também são controladas por grandes corporações transnacionais, que tendem à fusão e concentração de poder. E que lutam pelo aumento de seu lucro a partir do patenteamento e licenciamento dos organismos vivos e processos vitais. Estratégia que, de acordo com a autora, é essencial para o próximo estágio de acumulação de capital destas empresas. Afirma que a maior parte dos impactos adversos provenientes da biotecnologia hoje deriva deste fato.

Trata dos riscos de ordem biológica (ecológicos e epidemiológicos) e a alerta para a transferência dos riscos envolvidos nos testes ao Terceiro Mundo. Aborda também os riscos químicos, onde foca na questão dos organismos geneticamente modificados com o objetivo de torná-los tolerantes aos herbicidas e outros agrotóxicos. Daí decorre um aumento de mortes de trabalhadores rurais por envenenamento e de suicídios por endividamento, diminui a possibilidade de rotação de culturas e plantios consorciados e geram super ervas-daninhas, resistentes aos herbicidas.

O quarto capítulo, "A semente e a roca: desenvolvimento tecnológico e preservação da biodiversidade", é um artigo do livro ***Conservation of Biodiversity for Sustainable Development***, de O. T. Sandulund, K. Hinder e A. H. D. Brown, de 1992. Vandana trabalha três eixos principais. No primeiro, analisa a relação entre tecnologia de produção e sustentabilidade – se a ciência gerada pelo poder dominante traz desenvolvimento em alguns contextos, em outros traz miséria; é um saber que embute uma grave inadequação ecológica no desenvolvimento tecnológico produzido. Para o saber dominante a biodiversidade é **objeto de consumo** e para as comunidades tradicionais um **meio de produção**.

O segundo eixo fala da relação entre diversidade e produtividade. A estratégia na Revolução Verde tem como objetivo:

aumentar a produção de um único componente de uma safra agrícola, a expensas de reduzir outros componentes e aumentar insumos externos [...] [o que faz] parecer que as novas variedades têm "alto rendimento", mesmo que, no nível dos sistemas, talvez não tenham. (SHIVA, 2003, p. 165).

A produtividade não é pensada em termos de nutrição de solos, forragem para animais, fornecimento de remédios fitoterápicos e alimentos para comunidades, e sim em termos de lucratividade.

O terceiro eixo trabalha com as noções de obsolescência e progresso. Afirma que o falso universalismo e o absolutismo do saber dominante e do modelo econômico vigente escondem o colonialismo e a violência das práticas

e saberes impostos. Aqui relembra do movimento indiano de libertação e contra o colonialismo e de uma reflexão em particular de Gandhi, que considerava a roca de fiar como o "símbolo de tecnologia que preserva recursos, os meios de subsistência de seu povo e o controle popular sobre seus meios de vida", em contraposição à indústria têxtil britânica (SHIVA, 2003, p. 169).

Tal como a roca, tornada retrógrada e obsoleta pela industrialização, as sementes nativas seriam obsoletas diante das novas tecnologias de produção de sementes, expressões do progresso. O desenvolvimento milenar das variedades nativas, pela seleção natural e humana, seria primitivo.

É a passagem dos processos ecológicos de reprodução para os processos tecnológicos de produção que está por baixo tanto do problema do empobrecimento dos agricultores quanto da erosão genética (Ibidem, p. 172).

Finaliza afirmando que a visão uniforme da produção cria escassez e que a diversidade deve ser compreendida não apenas em termos de conservação, mas também enquanto modelo de produção. Contrapõe a insustentabilidade, a uniformidade e a centralização aos conceitos de sustentabilidade, diversidade, organização autorregulada e descentralizada.

Um ano antes da publicação do livro, em 1992, ocorreu a Cúpula da Terra (Rio 92), com chefes de 108 países para discutir o desenvolvimento socioeconômico em relação ao meio ambiente e os chamados recursos naturais. Intitulada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), é hoje o maior fórum mundial de questões ligadas ao tema. Nela foram criados acordos como a Agenda 21, o Protocolo de Kyoto e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um dos mais importantes instrumentos internacionais a tratar da biodiversidade e biotecnologia.

No capítulo 5, intitulado "A Convenção sobre Biodiversidade: uma avaliação segundo a perspectiva do Terceiro Mundo", Vandana tece uma crítica à CDB e afirma que esta deu ênfase excessiva ao tema das patentes, por manobra política dos Estados Unidos (as quais denuncia), e pouca ênfase aos direitos de propriedade intelectual e ecológica aos povos nativos e comunidades locais. Enumera seis pontos críticos: (1) Não reconhece o direito soberano das comunidades locais que conservaram e preservaram a biodiversidade, da qual dependem, e, ao invés, reconhece o direito soberano dos Estados-nação de exploração dos recursos naturais de seu território. (2) Considera que a biotecnologia é essencial para preservação e o uso sustentável da diversidade biológica, enquanto que concretamente as novas biotecnologias produzem apenas uniformidade. (3) Aceitou patentes na área de recursos vivos. O texto não satisfaz o governo dos Estados Unidos, mas abriu brechas neste tema. (4) Exclusão por manobras dos Estados Unidos, na última hora, dos bancos de genes das safras agrícolas mundiais, sem regulamentar os bancos de genes particulares existentes, abrindo brechas para que estes patenteiem o conhecimento e as sementes já acumulados. (5) Permitir alterações de última hora não discutidas, que beneficiaram os países do Norte. (6) Reconhecimento do Banco Mundial como mecanismo financeiro provisório, em detrimento do mecanismo independente de financiamento proposto, o Fundo da Diversidade Biológica.

Findados os capítulos, temos o Apêndice 1 com o texto integral da CDB para que, segundo a autora, os leitores possam avaliar seu conteúdo. O Apêndice 2 traz a Declaração de Johannesburgo sobre Biopirataria, Biodiversidade e Direitos Humanos, escrita na Cúpula da Terra de 2002, incluída na edição brasileira por sugestão de Moema Viezzer.